

ANP faz leilão de petróleo com foco em médias empresas

Disputa por nove campos antigos tem lance mínimo de R\$ 23 mil

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) inicia amanhã a temporada de leilões de áreas para exploração de petróleo e gás natural no país. A agência vai ofertar nove campos terrestres antigos, que já produziram petróleo e foram devolvidos pela Petrobras. Esta primeira disputa, chamada de “rodadinha”, é voltada para pequenas e médias empresas nacionais e estrangeiras. O investimento previsto nos campos soma R\$ 9,8 milhões, e a estimativa de arrecadação é de R\$ 451.505. O certame antecede leilões mais aguardados no mercado, como a 14ª Rodada de áreas do pós-sal, marcada para setembro, e os dois leilões do pré-sal, previstos para outubro.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO EM TERRA

Para arrematar algum dos nove campos que serão leiloados amanhã, o investidor precisa arcar com bônus de assinatura (lances mínimos) que variam de R\$ 23.354 a R\$ 70.061. Mas, para contar com o seu próprio campo de petróleo, o investimento mínimo necessário para retomar a produção varia de R\$ 700 mil a R\$ 2,8 milhões, de acordo com o campo. Serão leiloadas áreas na Bacia do Espírito Santo (Garça Branca e Rio Mariricu); Bacia do Recôncavo, na Bahia (Araçás Leste, Jacumirim, Vale do Quiricó e Itaparica) e Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte (Noroeste do Morro Rosado, Urutau e Iraúna).



Interesse. Exploração de petróleo: dez empresas participam da disputa

Apenas 13 empresas se inscreveram, e dez foram habilitadas a participar do certame, como várias companhias de engenharia. A ANP destacou que o leilão de campos maduros, que foram devolvidos pela Petrobras, busca incentivar a retomada das atividades exploratórias, incentivar o surgimento de pequenas e médias petrolíferas no país.

O especialista em petróleo e gás Alexandre Chequer, sócio do Tauil & Chequer Advogados, ressaltou a importância de o país adotar uma política para desenvolver a produção de petróleo em terra, o que pode ser feito tanto por meio da oferta de áreas ainda não ex-

ploradas como de campos maduros. Chequer lembra que países de pequena extensão territorial produzem mais petróleo em terra que o Brasil, que orientou sua indústria para a exploração em campos marítimos. Segundo o especialista, o patamar de produção atual no Equador é de cerca de 500 mil barris por dia, enquanto no Brasil a produção é da ordem de 130 mil barris por dia.

— É importante o desenvolvimento da exploração de petróleo e gás em terra, pois o Brasil tem um grande potencial ainda desconhecido. Aqui, o foco foi sempre a exploração nos campos marítimos. E um dos benefícios importantes é o

desenvolvimento social que isso gera nas comunidades locais — disse Chequer.

Na avaliação de um executivo de uma petroleira de médio porte, que pediu para não ser identificado, as áreas ofertadas pela ANP são campos que já produziram bastante ao longo de sua vida útil e agora necessitam de investimentos elevados para que a produção seja retomada.

— São campos que já foram muito explorados, e exigem agora investimentos relevantes para uma produção relativamente pequena. É muito difícil ser pequeno ou médio produtor de petróleo no país. São inúmeras exigências. Dependendo do projeto, nem vale a pena arriscar — afirmou o empresário.

SEM CONTEÚDO LOCAL

Carlos Maurício Ribeiro, especialista da Vieira, Rezende Advogados, avalia que as áreas ofertadas despertaram pouco interesse dos investidores. Ainda assim, afirma que o certame pode funcionar como um teste de capacitação da indústria. Nesta disputa, as empresas não são obrigadas a cumprir um percentual mínimo de conteúdo local.

— Para ter sucesso na retomada de produção nessas áreas, as empresas precisam ter acesso a tecnologias de recuperação de reservatórios. São campos que já produziram muito. Sem a obrigatoriedade de conteúdo local, vai ser um importante teste para as empresas demonstrarem sua capacitação — explicou. ●